

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E
PLANEJAMENTO**

13.04.2016

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO****13.04.2016**

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - A reunião. Em nome dos deputados presentes quero agradecer a presença do senhor secretário, Dr. Vilela e passo então a palavra ao ilustre visitante e ao mesmo tempo agradecemos a presença do líder do governo Cauê Macris e a deputada Marcia Lia também que veio abrilhantar aqui nossos trabalhos. Vaz de Lima adentrando ao recinto.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Vou sentar lá na ponta esquerda hoje, me permite sentar ali?

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - É palavra? Só para alegrar nos alegrar.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Só para alegrar. Só para notícia, o PSD acabou de acompanhar também embarcou um.

O SR. - Mais um?

O SR. O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Embarcou ou desembarcou?

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - - Embarcou no impeachment.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Novidade. Vaz, V. Exa. chegou atrasado, senta e se comporte.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Vossa Excelência sabe o que eu achei, (ininteligível) de rico. Por isso deixou a barba lá.

O SR. - O Vaz vai ser ministro?

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - O Vaz está emocionado com a decisão do PSD, ele é Kassab.

O SR. - Ele vai ser ministro?

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Do Kassab.

O SR. - Do Temer? Tamanho entusiasmo só pode ter uma motivação nobre.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Eu estou vendo aí. Vamos passar a palavra então para o senhor secretário...

O SR. - ...ministro Vaz. Ele tem pinta de ministro...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...que está com a palavra.

O SR. - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. - Mas também desembarcou.

O SR. - Mas teve um outro também, teve o Aluízio, não é, doutor.

O SR. - Vaz de Lima vai ser ministro em poucos anos.

O SR. - Se ele não morrer, não é.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Secretário, com a palavra.

O SR. RENATO VILELA - Obrigado, Sr. Presidente. Mas uma vez estou aqui nessa Casa para discutirmos o desempenho fiscal-financeiro do Estado. Dessa feita, o

último trimestre de 2015. É sempre um prazer, creio em mim, estar podendo discutir questões tão relevantes do nosso Estado dentro desta Casa, com pessoas que tenham a visão clara daquilo que vem ocorrendo nos últimos anos na economia brasileira e estão trabalhando de forma bastante... não, tudo bem, eu que tenho uma voz meio complicada mesmo. No sentido de reforçar e de apoiar as medidas necessárias no sentido de garantir a responsabilidade fiscal, o equilíbrio fiscal das contas de São Paulo.

Não é à toa que São Paulo, ainda que esteja vivendo momentos de extrema dificuldade, São Paulo continua pagando os seus compromissos em dia, continuará pagando seus compromissos em dia ou contrário da grande parte das demais unidades da federação brasileira. Para isso não há grandes mágicas, não há grandes segredos, essa capacidade que São Paulo tem é fruto, principalmente, de uma postura consistente ao longo dos anos de responsabilidade fiscal. Avaliações técnicas, medidas preventivas tomadas tempestivamente, tudo isso garante a continuidade da operação das principais ações do Estado.

Nós não temos uma perspectiva de que esta postura estrutural de São Paulo vá mudar e certamente esta Casa tem um papel fundamental nesse tipo de postura. Então eu tenho certeza que nas discussões que seguirão essa apresentação breve que eu farei aqui, teremos a oportunidade de discutir pontos e questões fundamentais para a continuidade dessa situação de responsabilidade que São Paulo mostra para o resto do Brasil. Então podemos avançar.

Lembrando, nós vamos falar sobre os dados do quarto quadrimestre de 2015, ou seja, o encerramento do ano passado. Isso é algo que é feito dentro dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por favor.

Vamos falar muito rapidamente então sobre os resultados atingidos no quadrimestre, sobre evolução, desempenho de receita, evolução de despesa, resultados fiscais que são dados definidos por metodologia específica e demonstrativo dos limites mostrando que São Paulo continua mantendo, não de forma tão fácil, os limites preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Antes de entrarmos na discussão mais específica, eu gostaria de falar um pouquinho, uma ou duas palavras, acerca do quadro geral da economia brasileira. Eu tenho, sei lá, quase 75, desde 75 eu já fiz mais de 40 anos militando nessa área econômica e posso dizer aos senhores, que os senhores já sabem, que nunca vi a economia brasileira, nem nos momentos mais graves de crises externas, crises internas, conjunção de crises internas e externas, eu nunca vi a economia brasileira de forma

tão... Eu não sei se está ligado o microfone, é que eu realmente é onde a minha voz chega. Eu acho que já aumentaram.

O fato é que nós estamos na crise sem precedentes e o que é pior, nós estamos sem perspectivas de mudança. O quadro político levou uma paralisia das instituições brasileiras e de um modo geral são poucos os economistas, são poucos os técnicos que tem capacidade de prever com exatidão o que vai acontecer nos próximos dias e meses. O fato é que nós estamos precisando de mudanças radicais no quadro político, sem isso, a vista do que aconteceu recentemente na Argentina, sem isso nós não temos capacidade de fazer a virada.

A boa notícia, se é que há alguma, é que, pelo menos particularmente eu assim penso, é que havendo uma mudança, certamente o ânimo dos investidores, o ânimo dos agentes econômicos virá com força e é muito provável que a recuperação se dê de maneira rápida, mas isso...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - ...Sr. presidente, pela ordem. Isso é uma defesa do impeachment o que o senhor está fazendo?

O SR. RENATO VILELA - Não eu estou dizendo que como é sabido, na teoria econômica, inclusive alguns prêmios Nobel receberam trabalho sobre isso, receberam prêmios por conta desse trabalho, que a questão institucional é fundamental para o quadro econômico prosperar. Se for necessário, eu posso encaminhar...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - ...é que eu pensei que o senhor vinha falar do Estado, não da conjuntura nacional. Aliás, até internacional. O senhor fez uma avaliação da Argentina, inclusive.

O SR. - Sr. Presidente, presidente, acho que aí nós temos que orientar...

O SR. O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...deputado Rillo, por favor, deixa o secretário falar, depois V. Exa. fala, depois V. Exa. vai ter horário para...

O SR. - ...se for para fazer polêmica, eu faço, deixa o secretário falar, depois na hora H nós vamos falar.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Ele vai falar, só para melhor compreensão dos que escutam aqui em silêncio, era só para eu me antenar. Se o senhor for fazer uma avaliação conjuntural, econômica, política do Brasil eu me retiro e volto na hora que o senhor falar daquilo que é prerrogativo, que é obrigação constitucional do senhor falar. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - A sua postura, se V. Exa. quiser levantar...

O SR. - Senhor secretário, por favor, Sr. Presidente, não polemizar com isso, aí o presidente vai ter que orientar isso. Só o senhor tem a palavra e falará o que quiser, depois na hora certo nós falaremos.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Queria solicitar a V. Exas., o secretário tem um momento da fala, ele está fazendo uma introdução, um preâmbulo da fala, depois vai falar do Estado e depois todas as V. Exas. terão tempo para usar a palavra...

A SRA. - Inclusive para fazer avaliação de conjuntura também, perfeito.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Isso.

O SR. - Nos dez minutos que tem, 15 pode falar o que quiser. Não se fala no plenário o que quer?

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok. Senhor secretário, com a palavra.

O SR. RENATO VILELA - Bom, dado que a minha expressão de otimismo em relação ao quadro econômico brasileiro não foi bem recebida, vamos passar direto para os números e falaremos apenas daquilo que estiver colocado nos slides. E depois, evidentemente, responderei as questões que forem colocadas. As receitas do Estados elas tiveram, do ponto de vista real, uma queda de 4,54% 2014, 2015, visa vir a 2014.

Receitas correntes caíram 4,9%, ou seja, uma queda real de quase 5% e receitas de capital uma queda de 4,2%.

No slide seguinte nós desagregamos o item receitas correntes com um pouco mais de detalhe e podemos verificar que o grande, não só do ponto de vista de dinâmica, mas do ponto de vista de peso específico, o ICMS é o grande responsável por esse desempenho, é a nossa maior fonte de receita, como os senhores sabem.

E em virtude da evolução do quadro econômico que atingiu, particularmente, o setor industrial, setor que é o forte da economia paulista, tivemos uma retração de 5,3% real, um crescimento nominal pífio de 3,3%. Os efeitos da crise econômica continuam se fazendo sentir, mas eu também gostaria de chamar atenção para dois pontos interessantes, importantes, que apontam para os esforços que o governo do Estado vem fazendo no sentido de recuperar ou de minimizar os efeitos da crise.

Se os senhores notarem, na quarta linha, tivemos um excelente desempenho do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis graças, principalmente, aos esforços de fiscalização efetuados na Secretaria da Fazenda utilizando-se de inteligência fiscal, cruzamento de dados com dados federais e isso vem trazendo, de forma sistemática, um crescimento significativo na arrecadação desse imposto.

É inverte que esse é um imposto é o menor dos impostos arrecadados pelo Estado, mas nós entendemos que não há imposto pequeno demais para que nós nos dediquemos a ele, então tivemos esforços significativos, investimento em tecnologia da informação e utilização de inteligência fiscal de maneira que conseguimos em um quadro, particularmente, negro, nós conseguimos ter um desempenho bom no ITCMD. O que significa também que como isso é um movimento que não é um movimento cíclico, é uma mudança de patamar, há que se esperar que nós tenhamos realmente mudado o nível de arrecadação desse imposto.

Tem um número também, uma queda significativa na receita patrimonial. Isso significa apenas, então, somente que o ano de 2014 foi um ano em que tivemos uma receita forte, uma receita extraordinária forte que foi o contrato com o Banco do Brasil. Então tivemos um ano atipicamente positivo em 2014 em termos de receita patrimonial e o ano de 2015 foi um ano em que houve uma volta à normalidade. Então essa redução de 28,9% não nos acende luz vermelha alguma.

Só para explicar um pouco - por favor, podia trocar - verificando aí o desempenho, a dinâmica do ICMS pelos quatro grandes setores de atividade econômica de São Paulo, agropecuária, aquela linha laranja perto do eixo do X, a indústria em

vermelho no topo, mostrando que já em 2015, pela primeira vez que se tem notícia, o ICMS trocou de lugar, desculpa, o setor industrial trocou de lugar com comércios e serviços em termos da importância na geração do nosso principal imposto. Isso denota a gravidade com que a crise econômica desses dois anos e meio atingiu o estado de São Paulo. E levando em consideração que a nossa receita praticamente é a receita do ICMS, ao contrário de outros estados, principalmente norte e nordeste que dependem muito de receitas federais, nós tivemos um impacto significativo e aí explica bastante todo o desempenho recente das nossas finanças públicas.

Indo para receita de capital, nós verificamos uma redução significativa tanto em termos nominais quanto em termos reais de operações de crédito, decorrência principalmente das restrições impostas pelo tesouro nacional, pelo Ministério da Fazenda em 2015, acerca de endividamentos subnacional. Foram muitos poucos estados, São Paulo foi um deles, que conseguiram realizar operações de crédito em 2014, desculpe, em 2015, conseguimos um desembolso ainda esse ano, ainda que houvesse a aprovação em 2015, os recursos só entraram em 2016. Então isso explica essa queda real de 14,6% na captação de recursos de operação de crédito.

Alienações de bens, tivemos um ano particularmente bom no sentido em que tivemos um crescimento real de quase 20%, 18,5% na receita de alienação de bens. Lembrando que nesse caso específico se destaca a venda de ações da Cetep, que foi feita meados de 2015, um pouco antes no primeiro semestre ainda, o que gerou para o Estado um pouco menos do que 500 milhões de reais de receita extraordinária. Os demais números, a demonstração de empréstimos é algo muito pequeno, ou seja, a receita que o Estado tem daqueles empréstimos que são feitos para setores ou para pequenos empresários, é um número pequeno demais para que possamos levar em consideração a variação. Quanto menor é o número, maior são as variações que ele apresenta.

E outras receitas de capital. Tivemos também um desempenho significativo, mas isso eu lembro aos senhores que é decorrência da percepção dos recursos dos depósitos judiciais entre entes da federação, em que o ente da federação é parte, ocorreu no final do ano passado e está aqui registrado e explica esse crescimento bastante forte desse item de receita.

Passando para o lado das despesas, os senhores bem sabem, a partir de uma dotação inicial definida pela LOA de 204,9 bilhões de reais, o Estado, seguindo os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao verificar uma possibilidade ou a quase certeza de frustração de receita, o Estado - dentro daquela linha que eu já mencionei

aqui, de tentar agir preventivamente, de tentar evitar que os problemas tenham, assumam dimensões incontroláveis - logo no início do ano, efetuou um contingenciamento de seis bilhões e meio de reais no sentido de garantir ou de ajustar as dotações orçamentárias a disponibilidade de recursos, de forma que a dotação efetiva, 198 bilhões de reais, dos quais foram empenhados 98%, ou seja, 194,4 bi.

Das despesas empenhadas liquidaram-se 98, 98,8, 99% das despesas empenhadas foram liquidadas e pagas 93,4% das liquidadas, ou seja, São Paulo continua executando o seu orçamento dentro das limitações impostas pela crise econômica, mas continuou executando o seu orçamento de maneira sem grandes problemas.

Ou seja, sinalizou logo no início do ano a magnitude das dificuldades, ao longo do ano as unidades, as secretarias foram se ajustando a essas dificuldades, de forma que nós conseguimos fazer, fechar o ano, sem atraso, com nível de execução orçamentária que são extremamente positivos.

Olhando como as despesas evoluíram, tivemos uma queda de 4% real na despesa total. Isso, principalmente em função do contingenciamento determinado pelas sustações de receita que foram identificadas a tempo e que cujas medidas corretivas foram implementadas também a tempo. Pessoal e encargos sociais, houve um crescimento de 0,7% em termos reais, foi o único item de receita, de despesa que teve crescimento real em 2015 a despeito do que pode dar impressão quando nós lemos o jornal, mas de fato foi o único item de despesa que o Estado que teve crescimento real.

Juros em cargo da dívida houve redução e essa redução decorreu principalmente da queda da receita. Como os senhores sabem, quase toda a dívida de São Paulo é uma dívida refinanciada com a União e ela paga na base do cálculo da receita líquida real 13% da receita líquida real é destinado ao pagamento dos juros do refinanciamento. Como a receita do Estado vem caindo, houve essa queda no pagamento de juros em cargo da dívida.

Demais despesas correntes e outros custeios tiveram também como força - mais uma vez eu repito, acho que não é demasiado pedir - a partir do esforço feito pelo executivo sobre orientação do governador Alckmin de reduzir o máximo possível as despesas de custeio, as despesas voluntárias, racionalizar o máximo possível o nosso gasto, nós logramos uma redução real de 3% nas outras despesas correntes. Transferências a municípios, isso é algo automático, a receita caindo as receitas caem de maneira paralela e outras despesas correntes, exceto transferências, teve uma redução 1,6%. As despesas de capital se reduziram em 20% principalmente devido aquilo que

nós tínhamos indicado anteriormente que foi a redução significativa da realização de novas operações de créditos por parte do Estado em decorrência da política macroeconômica imprimida pelo Ministério da Fazenda.

Investimentos, vamos olhar com um pouco mais de detalhe pelos investimentos. Houve uma variação de 30%, variação essa que decorreu da redução significativa de duas importantes fontes de recurso para investimento, quais sejam operações de crédito e transferências do orçamento geral da União. Essas últimas, praticamente secaram, não foi nenhum dos convênios assinados com o governo federal ele teve sem prosseguimento normal o que significou que tivemos uma perda de quase um terço do valor real do investimento.

O Tesouro do Estado arcou com a quase totalidade dos investimentos, mas como todos nós sabemos essa é apenas uma das fontes. O Estado fez o possível para manter o nível de investimento, mas sem aporte de recurso, operação de crédito, sem aporte de recursos do orçamento geral da União, foi inevitável essa redução.

Vamos avançando. Essa é uma outra forma de ver aquilo que eu acabei de falar, uma perspectiva de mais longo prazo, evolução do investimento em bilhões de reais de 2007 para cá. Investimentos na ordem de 16 bilhões, em 2015. E eu chamo a atenção dos senhores que esse é um número que está muito próximo da média dos últimos anos. Particularmente nós verificamos que foi quase o dobro do investimento de 2007. Foram dois bilhões de reais a mais do que o investimento de 2008. Foi um pouco menor que 2009, 2010. Foi igual o investimento de 2011, o nível de investimento. Foi maior que o nível de investimento de 2012. E ainda assim nós tivemos, aquela redução é o que tínhamos mencionado anteriormente.

Ou seja, apesar da crise - e isso não vou cansar de repetir - as medidas preventivas, a postura fiscal responsável que São Paulo exhibe nas últimas décadas, permite que no momento de crise econômica, no momento de redução, de secagem das fontes ordinárias de financiamento, as fontes normais de financiamento do Estado, nós ainda conseguimos fazer investimentos que ficaram na média dos investimentos dos últimos oito ou nove anos. Vamos avançando, por favor.

Aí nós vamos entrar já na parte final, a parte dos resultados. O resultado orçamentário foi um resultado equilibrado. O número negativo aí é apenas uma decorrência do fato de que São Paulo, graças mais uma vez, ao seu desempenho econômico fiscal recente, ele logrou virar o ano de 2015 com saldo de caixa e superávits financeiros em várias fontes. Então, na realidade, nós conseguimos, o fato do número

ser negativo, ou seja, as despesas terem sido 1,5 bilhões maiores do que a receita, significa apenas que nós usamos, lançamos mão de despesas de receitas arrecadadas em exercícios anteriores, era como se fosse uma poupança que o Estado tinha e que permitiu com que nós mantivéssemos um nível de despesa compatível com a situação econômica e com as necessidades da população paulista. Podemos mudar.

É apenas uma perspectiva de mais longo prazo desse mesmo número, eu acho que não vale a pena me estender nesse slide, estará disponível aos senhores para qualquer discussão mais aprofundada. Passamos por resultado primário, que é o próximo slide. Logramos obter um resultado de cinco bilhões de reais em 2015, resultado esse que decorre da necessidade de gerar recursos para o pagamento da dívida, particularmente da dívida refinanciada com a União.

Nós tínhamos uma meta de 1,2 na LDO, uma meta bastante cautelosa em vista das perspectivas que tínhamos de desempenho da economia em 2015, ainda assim, graças aos esforços que foram feitos em termos de algumas receitas extraordinárias, melhoria do ITCMD, redução de gastos correntes, etc., nós conseguimos gerar um superávit primário da ordem de cinco bilhões de reais.

O próximo slide vai mostrar a evolução nos últimos anos, mais uma vez acho que não há necessidade de entrar nessas discussões. Caso haja alguma dúvida específica nós podemos falar mais adiante sobre isso. Resultado nominal, tivemos um resultado de 36 bilhões de reais no ano de 2015, a meta era de 26, ou seja, cumprimos a meta com tranquilidade.

No próximo slide nós vamos olhar a questão da dívida do Estado. A dívida ela mostrou um crescimento da ordem, bom, passando de 220 bilhões de reais para 251 bilhões de reais. Essa dívida é uma dívida que inclui, eu estou falando da dívida contratual, ou seja, é o contrato de refinanciamento com a União que é praticamente um pouco mais de 90% do histórico da nossa dívida, outras operações de crédito. Essa dívida cresceu basicamente por dois motivos, ela teve um crescimento, passou para 179,1% da receita corrente líquida e ela se deveu principalmente a dívida refinanciada com a União.

Como os senhores sabem, o Estado paga apenas 13% da sua receita corrente líquida e tudo aquilo que exceder em relação ao devido por conta do próprio contrato, ele é acumulado como resíduo para o ano seguinte. Então ainda que o Estado pague de acordo com o contrato, certamente e enquanto nós pagarmos com o teto de 13% da receita líquida real, nós estaremos acumulando resíduo e a dívida crescerá. Isso, ao

longo do tempo, se ajusta, mas nós ainda estamos no momento em que acumulamos resíduo.

Outro ponto que nós vamos ver depois em um slide mais adiante, outro ponto que impressionou o crescimento da dívida, outros dois pontos, primeiro foi dívida denominada em dólares ainda que seja um valor significativamente pequeno no nosso estoque de dívidas, nossa dívida não é dolarizada, são poucos os contratos de dívida externa, eles tiveram um efeito de elevar o estoque da dívida. E um outro evento é o desembolso de operações contratadas em outros anos. A dívida não é contabilizada no momento em que assina o contrato.

Nós assinamos, por exemplo, vamos assinar ou assinaremos um contrato de dois bilhões de reais com determinada instrução financeira. Estes dois bilhões não entram no estoque da dívida imediatamente, eles entram apenas na medida em que esses forem desembolsados. Se tiver um cronograma de desembolso de quatro anos ele só vai aparecer na dívida, só é dívida a partir do momento que os recursos entrarem efetivamente no tesouro do Estado, o que é padrão da contabilidade pública em geral, e privada, inclusive.

Aí apenas para termos uma noção de mais longo prazo da evolução da nossa dívida como percentual da receita corrente líquida, esse crescimento nos dois últimos anos decorre desses três itens que eu coloquei. Mais recentemente, teve aumento de realização de novas operações para investimento, teve crescimento da dívida com a União decorrente da acumulação de resíduos. E mais recentemente uma parcela, ainda que pequena, da desvalorização cambial. Ok, vamos avançando.

Despesa de pessoal, pode executivo. Como eu já havia mencionado, esse foi o único dos grandes itens de despesa que teve crescimento real ao longo de 2015. Do ponto de vista dos indicadores de leitura fiscal, nós fechamos o exercício de 2015 com um nível de comprometimento de 63,87% da receita corrente líquida. Servidores ativos respondendo por 34,8% desses 63,8. E os servidores inativos e pensionistas por 29,1. Ou seja, nós já estamos quase que chegando ao empate entre despesas de pessoal dos funcionários ativos com despesa de pessoal dos funcionários inativos. Isso é uma indicação, talvez seja a indicação mais eloquente, de que a questão previdenciária tem que começar a ter endereçada de forma bastante profunda, não só no Brasil, mas também no estado de São Paulo.

Como nós estamos aqui falando de São Paulo nós temos que verificar, nós temos que levar em consideração todos os efeitos que as nossas ações, sejam elas quais forem,

em cima de funcionários ativos, como isso se espalha, como isso contamina a nossa despesa com pessoal inativo. Um dos efeitos que nós temos da própria legislação previdenciária brasileira é que o gestor público tem que ser, necessariamente, muito mais cauteloso com os servidores ativos do que gostaria ou do que necessitaria ser. Porque qualquer benefício, qualquer reajuste que for dado a um ativo, ele automaticamente se replica nos inativos.

O próximo slide, apenas para efeitos de demonstração, nós mostramos a desagregação da despesa com pessoal por poder. Nós verificamos que o crescimento, como percentual da receita corrente líquida dessas despesas e, eventualmente, o parlamentar ou o presente, que tiver interesse tendo acesso a esses dados poderá verificar que no caso do executivo, o executivo foi aquele que teve menor crescimento nominal e demais poderes tiveram algum crescimento, basicamente todos na casa dos dois dígitos.

Questão de garantias o Estado continua bastante tranquilo em termos de garantias. Hoje apenas 3,6% da nossa receita corrente líquida está sendo dado em garantia a operações e o limite máximo preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal é 32%, ou seja, isso não é um problema.

Só para os senhores terem noção, essas são as operações de crédito desembolsadas ao longo de 2015, como disse, a contratação não houve, mas houve desembolso de operações já contratadas. Então operações externas nós tivemos algo em torno de três bilhões e 100 milhões de reais de desembolso, operações internas praticamente três milhões de reais, ou seja, um mix muito equilibrado.

Basicamente é isso. Acho que a principal mensagem que eu quis colocar aqui é que São Paulo de forma não diferente do resto do Brasil está sofrendo os efeitos extremamente danosos da crise econômica que nos aflige há dois anos e meio, mas que tem tentado, tem conseguido manter a suas fianças públicas em ordem sem geral atraso, nem necessidade de utilizar expediente que tem sido utilizado pelo Brasil afora como o parcelamento de folha, etc. E não há perspectiva alguma, isso eu gostaria de repetir, de que isso vá acontecer esse ano.

Agora, o que nós temos que levar em conta é que nós temos principalmente duas questões a olhar. Nós temos que manter essa postura de atuação preventiva, ou seja, nós temos que ter a coragem de eventualmente dizer não para demandas que são justas, apenas então somente porque nós temos que gerar serviços, temos que garantir a continuidade dos serviços prioritários mais importantes e nós não temos ideia de como a

economia brasileira vai evoluir nos próximos meses. As possibilidades estão em aberto e a nossa expectativa é de que haja uma reversão rápida, mas essa reversão está sob condições que não estão sob controle das autoridades econômicas. Os senhores podem ter certeza que a postura do Governo do Estado de São Paulo, a postura da Secretaria da Fazenda é de total transparência. Os senhores mesmo testemunharam que ao longo dos últimos anos nós nunca nos furtamos a discutir de forma sincera os problemas que nos afligem e nem de tomar as medidas necessárias para que esses problemas sejam minimizados.

Continua a minha disposição de vir a essa Casa e discutir de forma transparente e aberta, os nossos problemas continuam, mesmo fora dessas datas já consagradas no calendário, mas à medida que for sendo necessário os senhores podem ter certeza que a Secretaria da Fazenda continuará disposta e interessada em esclarecer todos os parlamentares acerca daquilo que nós estamos vendo, daquilo que nós estamos esperando para o futuro e das formas que nós entendemos corretas de encaminhas os problemas. Queria agradecer mais uma vez a audiência atenta dos senhores e me colocando à disposição do presidente para que continue essa sessão normalmente.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok. Agradeço o secretário pela apresentação. E já está inscrito o deputado Orlando Bolçone que está com a palavra por dez minutos.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - Primeiro o agradecimento especial, mas além do agradecimento, o cumprimento não só pela apresentação, como sempre didática e competente de V. Exa., profundo conhecedor aí há mais de três décadas dos problemas econômicos de São Paulo e do Brasil. Faço também uma saudação, um cumprimento especial, senhor secretário, a sua equipe, aqui na pessoa do doutor Luciano, nosso coordenador e registrando os esforços que a Secretaria da Fazenda tem feito em um momento extremamente adverso no sentido de aumentar arrecadação. E o exemplo típico é o caso do ITCMD que foi um esforço específico de inteligência fiscal, é um trabalho de forma muito competente, muito determinada. Então deixar meus cumprimentos é a honra de poder participar juntamente do deputado Vaz de Lima, de poder participar, de ser parte do grupo da Secretaria da Fazenda.

Farei algumas observações e pedirei algumas também a sua interpretação sobre alguns fatos. Um registro inicial importante é, já desde 2011, por orientação do nosso

presidente, deputado Mauro Bragato, na época então deputado Vitor Sapienza e nós e a comissão de um modo especial, passou a tratar de alguns temas especiais que nós achávamos que eram estratégicos para a economia e para finanças do estado de São Paulo. Dois desses temas que se destacavam era a questão da guerra fiscal, inclusive fizemos seminários aqui com a presença de especialista, inclusive hoje o ministro da Fazenda, o também ex ministro Nelson Machado, também o professor (ininteligível) tratando da questão da guerra fiscal.

O outro tema importante, então o primeiro questionamento que eu quero é pedir uma análise de como se encontram as negociações, em especial no Confaz a respeito da chamada guerra fiscal dessa disputa fratricida entre os diversos estados no sentido de se obter receitas por meios... Inclusive o estado de São Paulo houve para o bem entrar no judiciário, recorrer ao judiciário, no sentido de evitar essa luta que atrapalha, em São Paulo, especialmente, mas também ao Brasil.

Segundo tema que me traz, Sr. Presidente, tem sido alvo de conversas diversas nossas aqui, deputado Vaz, especialmente, deputado Giriboni, deputado Carlão, a questão da renegociação da dívida dos estados. Então foi tema, o deputado Bragato lembra bem, foi tema na época discutido nessa comissão. E ontem, inclusive, nós acompanhamos não pari passu, mas a noite nós temos por hábito ver os temas relevantes que o Senado ou a Câmara de Deputados discute e o Senado ontem discutia a questão dos depósitos judiciais, inclusive com relatório do senador Anastasia, mas que pairou dúvidas. Acabou não sendo votado na noite de ontem e tendo em vista a questão até mesmo levantada da própria legalidade. Alguns senadores tiveram postura contrário, caso do senador Caiado, caso do próprio senador Fernando Bezerra. Então essa questão como que está visto que tem impacto tanto no Estado quanto para os municípios. E saber então do senhor tendo uma solução, que impacto que teria, se tem algum estudo para o Estado e que impacto que teria para os municípios.

Agora o terceiro tema, questão da renegociação da dívida. A renegociação da dívida foi discutida aqui diversas vezes e, obviamente, é uma discussão mais ocorrida em Brasília, no sentido em que a forma como a dívida era corrigida pelo IGP, pelo fato de ser um indicador que trazia indicador de aferição da inflação que trazia fatores que eram externos a própria, fatores da economia como índice de preço no atacado, etc., que eram externos a matéria ou até mesmo extemporâneos a matéria financeira. Mas essa renegociação, e aí então se mudou o indicador, acompanho, inclusive, pelo senhor na época, só que o desfecho da renegociação e o desfecho também das discussões em

especial no Senado, esse desfecho levou a mudança da ideia original e hoje ficam duas preocupações. Uma preocupação primeira, São Paulo inclusive não teria tanto benefício no modelo anterior pelo fato de que já, quando se fez a renegociação, deu diversos ativos entre os quais o aeroporto de Congonhas, fez negociações que possibilitou ter um índice menor, uma taxa menor e um prazo melhor. Então que impacto teria.

E hoje se levanta a hipótese, sabe-se que o estado de Santa Catarina obteve uma liminar, obrigando a União a fazer uma renegociação no sentido de que cobrasse as prestações levando em conta não os juros compostos como praticamente todas as operações financeiras ocorrem, mas sim utilizando juros simples. Aí com isso, entre aspas, o estado de São Paulo teria um ganho perto de 40 bilhões, se não estou enganado, só que a observação que se faz é que poderia causar todo um desequilíbrio em todo o sistema, mesmo sistema financeiro com consequências no sistema econômico.

E uma última observação de V. Exa. que também nessa comissão vem sendo observado, o deputado Bragato sempre acompanhou, que é a questão do impacto da desvalorização da moeda brasileira, então dos impactos da desvalorização do real na questão das dívidas do estado de São Paulo.

E mais uma vez cumprimentar o senhor pela maneira didática, tranquila, pelo conhecimento que o senhor tem do tema, cumprimentar a equipe da Secretaria da Fazenda que realiza um trabalho no momento difícil de realizar a política financeira do Estado, realiza um trabalho brilhante. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, senhor secretário.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Obrigado, deputado. Tem a palavra o deputado Barros Munhoz por cinco minutos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, colegas deputados, senhor secretário e seus colaboradores, honrados, dignos e competentes servidores da Secretaria da Fazenda. Companheiros servidores aqui da Casa. Senhor secretário, o senhor pegou uma época extremamente difícil para comandar uma pasta extremamente complexa como é a pasta da Fazenda.

Hoje o seu cargo que é sempre muito cobiçado passa a ser mais, não diria rejeitado, mas, enfim, repensado. Mas com muita competência e sobretudo contando com a colaboração dessa extraordinária equipe que graças a Deus nós temos à frente da secretaria, o senhor tem levado a bom termo a administração financeira do estado de

São Paulo sob aí em perfeita consonância com os ditames do Governo do Estado e do governador Geraldo Alckmin. Mas a par de todas as dificuldades, eu acho que há uma que ressalta, que é o problema da dívida de São Paulo com a União. Todos nós sabemos, quando foi pactuada essa dívida e foram estabelecidos os critérios de correção de juros, etc., a realidade do país era uma e muito, muito, muito diferente em todos os sentidos da realidade atual. E muito se tem falado sobre isso, eu não quero chover no molhado, eu acho que é desnecessário falar sobre essa crise e as maléficas consequências que ela traz para todos os estados brasileiros hoje.

Nós estamos vendo aí, venho lendo, não tem brasileiro que não seja um pouco carioca. O paulista, o piauiense, o amazonense, o mineiro, todos nós temos por segundo estado nosso o Rio de Janeiro. E é muito triste vermos o que estamos vendo.

Meu caro deputado Vaz, meu caro Bolçone, eu fiquei sabendo que os aposentados, eu ouvi agora na rádio, e pensionistas que ganham acima de dois mil reais vão receber só a partir de 12 de maio. É uma coisa extremamente dolorosa. Há muito tempo que não víamos isso. Eu sou do tempo do Ademar de Barros: “ah, não sei o que, atrasou o salário do funcionalismo”. Antes do Jânio. Depois veio o Jânio com a vassoura dele e endireitou tudo, nunca mais se ouviu falar disso. Veio Carvalho Pinto, melhor ainda. Nunca mais se ouviu falar disso. E isso é coisa de 40 anos atrás ou mais. Então essa é a triste realidade.

Mas estou vendo com muito ânimo. E não é porque está o governo no PT, porque de repente pode até terminar logo o governo do PT, eu não quero nem fazer nenhum prognóstico, não quero nem brincar com esse assunto, sinceramente, mas eu quero dizer, vou continuar dizendo isso mesmo que mude, que precisa ter uma solução, a justiça está dando liminares, está concedendo. E eu vi hoje uma notícia, tem estados que terão redução de 94%, estados que terão redução de 50 e poucos por centos. Eu vi lá que São Paulo vai ter uma redução de 73%.

Então queria perguntar bem objetivamente para o senhor, querido secretário, procede, nós vamos entrar com uma medida, vamos pedir cautelar também? Vi também falar que o ministro da Fazenda está convocando uma reunião, ou o presidente do banco central, ou o secretário executivo da pasta, não sei exatamente quem, com todos os secretários, porque é uma coisa também vultosa e complicada. Porque eu também ouvi falar que isso via gerar um prejuízo de 300 bilhões de reais à União. Também ninguém quer isso. Então essa objetivamente é a pergunta, qual a posição do governo de São Paulo a respeito dessa questão da dívida com o governo federal.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Secretário com a palavra.

O SR. RENATO VILELA - Bom, eu vou tentar responder na ordem em que as questões foram colocadas. Em relação a guerra fiscal, deputado Bolçone, as discussões estão paralisadas. Deixou de ser, em virtude da mudança drástica da conjuntura econômica, deixou de ser uma, optar entre as principais preocupações o governo federal. Continua sendo, mas outras questões estão sendo endereçadas de maneira mais urgente. O que não significa que alguns estados tenham esquecido da questão.

No último Confaz, ocorrido na sexta-feira passada em Manaus, houve uma preposição de trazer a questão da convalidação dos benefícios, aquela questão de que aceitar todos os benefícios que foram concedidos ao arrepio do Confaz, e que estava sendo tratado dentro de um conjunto de discussões a convergência das alíquotas por 4% e que também tratavam da questão do fundo de compensação aos estados, como São Paulo, que perderiam, teriam direito ao ressarcimento dessa perda. Houve uma tentativa dos estados do Nordeste no sentido de ressuscitar essa questão específica associada a um outro tipo de problema, ou seja, ainda que a questão esteja dormente, nós não podemos deixar de manter sempre um olho aberto porque essas tentativas, vamos dizer assim, oportunistas de trazer a pior parte do acordo não foram esquecidas. E foi rejeito, até porque dependia de unanimidade, São Paulo se manifestou rapidamente contrário e alguns outros estados também.

A questão dos depósitos judiciais, nós temos duas PECs tramitando, quase que em paralelo, a 159 e a 152, a principal diferença delas é que a 159 prevê a possibilidade de acesso a depósitos judiciais em que o governo não faz parte. E a 152 ela dá dez anos a mais, restabelece o prazo original, o prazo original da emenda constitucional 62 que... Isso, é, então faço sinal de votação. São Paulo tem um posicionamento favorável a 159, aquela que gera recursos mais vultosos para que se resolva essa questão dos precatórios da maneira mais rápida, mas há um conjunto significativo de estados, até porque não terem depósitos judiciais, montante suficiente, que tendem a apoiar a 152 que é aquela que aumenta em mais cinco anos o prazo de pagamento. Por enquanto é isso que nós temos, é esse o quadro, o estado das artes no momento.

Renegociação da dívida de estados, aí eu vou um pouco misturar já e vou procurar responder também o deputado Barros Munhoz, nessas duas questões. O que temos hoje

de certo é a mudança do indexador da dívida. Foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei Complementar 148 que preconiza a troca do indexador de GP para IPCA ou Selic dependendo do que for menor, e os estados estão se preparando para aderir a essa mudança. Tem efeitos para São Paulo, como o senhor mesmo falou, eram efeitos bastante limitados, mas a forma como o governo federal avançou, mais ou menos, nessas discussões, inclusive dando mais dez anos de prazo para o pagamento da dívida, isso faz com que São Paulo mesmo, apenas nessa hipótese, ele já tenha uma redução no serviço da dívida já imediatamente.

A questão de Santa Catarina, essa é uma questão muito delicada. Na realidade, a proposta de Santa Catarina é uma proposta que não prima pela tecnicidade. Eu ouvi outro dia, na sexta-feira mesmo, eu ouvi o secretário executivo da Fazenda dizendo que só em alguns países, por questões religiosas, eles não aplicam juros composto. Na realidade eles aplicam sim, eles só fazem a conta diferente, de trás para frente, mas o resultado é como o juro composto, então atender o seu preceito religioso, mas a questão financeira também não foi esquecida.

Então é algo assim, o que nós estamos vendo é uma possibilidade de o Supremo Tribunal Federal entender que as relações financeiras do Brasil são diferentes das relações financeiras no resto do mundo. Eu vejo impactos, se essa tese prospera, eu vejo impactos significativos em termos da própria saúde do sistema financeiro brasileiro, das relações contratuais existentes e futuras, do eventual apetite dos investidores internacionais em trazer recursos para o Brasil, tudo isso para mim é algo muito preocupante.

Me surpreendeu bastante, não posso negar aos senhores, a decisão, o Supremo Tribunal ter atacado, inclusive admissibilidade dessa tese, mas criou-se uma coisa que é um pouco difícil de tratar tecnicamente, criou-se um fato real de que ao admitir que um estado pudesse calcular o serviço da dívida dessa forma e dar garantias a que a União não tem como executar aquilo que o compasse de refinanciamento permite, ele abriu um buraco muito grande em toda a lógica do refinanciamento dívida dos estados. E colocou estados, mesmo estados que não tenham a capacidade ou que tenham alguma divergência técnica com essa tese, uma espécie de um, vamos desculpar o colonialismo, mas colocou os outros estados em uma sinuca de bico. Porque de fato os valores, a redução da dívida de São Paulo, é nessa ordem de grandeza que os senhores colocaram, 70% do estoque da dívida, uma redução de pagamento bastante grande. Que estado, que

governador, vai ficar de fora de uma situação dessa se foi admitido para um deles? Então é uma questão muito delicada.

Nós estamos avaliando de maneira bastante técnica e jurídica, a decisão ainda não foi tomada, mas nós temos a seguinte questão, se a Suprema Corte Brasileira entende que isso faz sentido, como que o administrador público vai abrir mão de um benefício como esse? Então, olha, confesso aos senhores, eu nunca vi uma situação dessas no Brasil. E os números que foram colocados, foram até, provavelmente foram aqueles números colocados no trabalho do Marcos Mendonça que é um assessor técnico do Senado, aqueles números estão subestimados, o impacto sob a união é muito maior pelo simples... ele só calculou quantos estados vão deixar de pagar para a União. Só que há estados que tendem a receber. Então se somar o que vai deixar de entrar com aquilo que a União vai ter que devolver é muito mais que 300, diria que chegaria na casa dos 450 bilhões de reais.

O SR. - Estados para município.

O SR. RENATO VILELA - Oi? Como assim? Estado e município?

O SR. - Não, nesse caso o imposto.

O SR. RENATO VILELA - Não é imposto, não, não é imposto, deputado. Não.

O SR. - Não. É a dívida, dos municípios...

O SR. RENATO VILELA - Sim, os municípios que tem dívida com a União.

O SR. - Isso. Mas se você desce em cadeia, como é que se calcula o juro que é composto para municípios, os municípios que devem para o estado e encaminha.

O SR. RENATO VILELA - Não, claro, sem dúvida. Aí por exemplo, vai acontecer simplesmente que a instituição financeira que concede empréstimos ao município não vai poder mais emprestar para o município. Bom, basicamente é isso o que eu teria a comentar acerca desses pontos, eu continuo à disposição dos senhores para perguntas adicionais.

Não, isso é assim, como eu falei, a nossa dívida externa é muito pequena em relação a dívida total. Só para os senhores terem uma ideia, a dívida contratual do estado, posicionada agora em fevereiro, por isso que não estará aí no mês de dezembro, eu estou dando um número mais recente. A dívida contratual do estado é algo em torno de 257 bilhões de reais, dos quais apenas 19 bilhões, 140, são de dívida externa. Então é uma exposição muito pequena.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - A palavra está aberta. Deputado Teonílio com a palavra por dez minutos.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Primeiro saudar todos os deputados aqui que nos acompanham, saudar o secretário, Renato Vilela. Última vez que nós nos vimos aqui, demora um pouco para guardar os nomes. Secretário, nós temos aqui algumas questões para colocar e eu prefiro começar com uma delas, em relação que o Governo do Estado de São Paulo, ele tinha nas parcerias público privada uma previsão de gastos de um bilhão e meio de reais para o exercício de 2015. E nesse exercício foi cortado meio bilhão dos quais foram aí 15, 40 milhões que seria para linha quatro do metro, Furp, complexos hospitalares, são várias PPPs, o sim da Baixada Santista, então isso representou um corte nos investimentos que o governo previa de fazer de um pouco mais de meio bilhão de real.

Essa é uma questão que eu queria colocar porque nós temos observado que o Governo do Estado de São Paulo, ele se baseia muito na economia nacional para fazer o link porque a economia do estado de São Paulo não vai bem. E nunca é responsabilidade do estado de São Paulo. E aí nós vamos na fonte do IBGE que pega os anos de 2010 a 2013, que é um período de crescimento substantivo, importante. E nesse período o estado de São Paulo é o vigésimo segundo colocado entre todos os estados nesse crescimento, houve estado que cresceu, nesses quatro anos, de 2010 até 13, teve estado que cresceu 46% em um acumulado de quatro anos, outros cresceram acima de 50%. E o estado de São Paulo nesses três anos cresceu apenas 31%. Isso considerando que foram anos que a economia foi bem. A nossa crise começa do último trimestre de 14 para cá. Fomos discutir a origem, não, você pode discordar ou não, mas é a nossa análise, cada um tem a análise que mais lhe interessa, na política é assim. Nós vamos debater isso de maneira profunda.

Então com base nisso, como é que você explica porque que o desempenho do estado de São Paulo que tem a economia mais pujante do país nesse período ficou em 22º colocado. Não são dados do instituto Barba, isso são dados do instituto IBGE. Tudo bem que lá tem um B, mas não é do Barba. Ok.

O estado de São Paulo deixou de ser o motor da economia brasileira, principalmente quando você pega a indústria de transformação que já respondeu por 37% do PIB, da economia brasileira, depois vem caindo para 27. E hoje, se você for pegar, o estado de São Paulo aqui da economia brasileira, da indústria de transformação, mais o agronegócio, deve representar algo entorno de 20 e poucos por centos da economia brasileira. Isso aqui está dando um trabalho, que eu pisei nos óculos hoje.

Outra coisa que nós observamos é que na receita total do estado de São Paulo, de todos os estados do Brasil, São Paulo ficou em 27º lugar. Todos os estados, quando você pega a receita total, você tem a classificação como é que foi formada a composição da receita, se é transferência, se é recurso, se é ICMS, importação, de tudo o que tem, tudo que forma uma receita total o estado de São Paulo ficou em 27º lugar. No ano também, desse formoso quadriênio, de dez a 13.

Esse é um período que não dá para observar que a crise estava presente nesse momento. Uma crise mundial que ela continua, ela começa lá no final de 2008, muita gente achando que ela acabou e ela não acabou, ela vem permanecendo, mas o Brasil, nesse período, nós tivemos crescimento de mais de 5% ao ano. E acumulado os quatro anos, foi um crescimento importante. E como é que explica essa questão aqui do estado de São Paulo.

A outra questão, que aí está na página 19 da sua apresentação, lá no limite prudencial de gastos, então o estado de São Paulo gastou um total de 46.21, próximo do limite prudencial. E eu queria que você me explicasse o não pagamento do reajuste dos servidores do estado de São Paulo. Vamos falar só de INPC. INPC do estado de São Paulo, do estado de São Paulo não, do Brasil, foi 11.22, o índice que mede a cesta básica no Brasil, índice de preço nacional. Bom, considerando que ele é medido no ano, não dava para pagar 11.22, então você tem que considerar a data base.

A data base dos servidores, se fosse respeitar conforme a lei aprovada aqui na Casa, que não me lembro agora o nome da lei, então seria março a fevereiro, em março aplicaria a data base. Então servidores públicos do estado de São Paulo não receberam reajuste, não foi pago, nem a reposição da inflação. Então se tivesse pago isso, o quanto que impactaria na questão do limite prudencial aqui, ou se ultrapassaria e chegaria

próximo do limite máximo, que são os 49%, que é o máximo que o governo pode gastar. Então essa é uma outra questão que eu queria fazer.

E depois, se for preciso e me sobrar mais um tempinho, conforme a resposta do secretário eu faço mais algumas questões.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok. Palavra como secretário.

O SR. RENATO VILELA - Bom, agradecer ao deputado pelas instigantes questões, vou tentar responder da maneira mais eficiente e rápida também. É natural que os estados de maior porte tenham variações menores, isso inclusive já tinha sido objeto de um comentário meu na apresentação, um pouco antes do senhor chegar aqui ao recinto. É evidente que os estados que cresceram 54% no triênio 2013, 2010, ou 46%, são estados de pequeno porte, não saberia citar, talvez o senhor pudesse nos dizer quais estados foram esses. E que quando você é pequeno, qualquer investimento que se faça ele tem um efeito significativo na sua taxa de crescimento.

É evidente que o número de investimentos recebidos pelo estado de São Paulo nesse período foi muito maior do que qualquer investimento recebido em estados pequenos. Acontece que, ao aplicar sobre uma base grande, a taxa de variação certamente é pequena. Mas eu, de qualquer forma deputado, continuo imaginando que tem um crescimento de 31% em três anos não é um número desprezível, que é o número que o senhor colocou para São Paulo, eu não tenho acesso a essa base, eu não sei nem que variável é essa que o senhor está falando, se é PIB, se é emprego, se é investimento direto. Está certo? Mas 31% não é pouco em circunstância alguma.

Receita total. Eu estranho muito os números que o senhor citou, gostaria de entender que número é esse. O senhor certamente não está falando de receita total bruta, o senhor deve estar falando alguma coisa per capita, alguma outra coisa porque não é possível que São Paulo tenha ficado em 27º lugar em termo de receita total no Brasil. Está certo? Então assim, depois eu gostaria que o senhor me dissesse qual é a definição de receita que o senhor está usando.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Depois eu te passo aqui os dados.

O SR. RENATO VILELA - Por favor. Limite prudencial. O que eu diria ao senhor, é se São Paulo não tivesse sido prudente na sua política de pessoal, certamente o limite prudencial já teria sido ultrapassado há muito tempo e São Paulo estaria tendo, pelas imposições da Lei de amparo Fiscal, tomado medidas bastante duras do ponto de vista do seu contingente. Então eu acho que levando em consideração tudo mais que está acontecendo a nossa volta, a postura prudente de São Paulo com o seu funcionalismo, garantiu esse funcionalismo que eles ainda estão trabalhando.

Eu gostaria de lembrar e é sempre bom que nós, nesse tipo de discussão, façamos uma comparação entre o que ocorre com o funcionalismo público e o que ocorre com os trabalhadores do setor privado, em termos de salário, em termos de garantia de emprego. O que São Paulo fez, graças a postura firme e corajosa do governo de São Paulo, em termos de ser prudente do ponto de vista do assalariado. Um pouco antes do senhor chegar também eu apresentei um número dizendo que dos grandes itens de despesa do estado, o único que teve crescimento real em 2015 foi gasto com pessoal. Então houve ganho real para a massa salarial de trabalhadores públicos de São Paulo. E esses trabalhadores, graças a um conjunto de circunstâncias que não são...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...me permite só uma pergunta...

O SR. RENATO VILELA - ...só eu terminar a frase. Graças a um conjunto de circunstância que não são dentro da nossa governança, mas esses trabalhadores têm a melhor proteção possível em tempos de crise, que é a garantia de emprego. Enquanto no setor privado nós estamos vendo desemprego em massa, no setor público não. Então é isso.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Só para que você citasse quais setores dos servidores públicos do estado de São Paulo - com exceção do servidor judiciário, - porque tem uma lei nacional que desce conforme em reajuste judiciário em nível nacional ser reajuste dos estados, municípios - que não teve a proteção ao salário, que é a inflação, qual deles que teve o ganho salarial real, por que...

O SR. RENATO VILELA - ...não, eu estou falando de massa salarial. Eu não estou falando de servidores. Até porque dentro da lógica da nossa discussão aqui, não cabe estar olhando para caso a caso, nós estamos falando para os resultados

orçamentários, nós estamos falando para o total do gasto de funcionalismo e aí não há como fazer discriminação entre categoria A, B ou C, ou poder A, B ou C. Mas o fato incontestável é que houve um crescimento real de 0,7% na massa salarial dos funcionários públicos de São Paulo, independentemente do poder em que eles são empregados.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Palavra...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...só assim, mais uma pergunta, está associado a quê? A plano de carreira? Ou por que você, em um determinado momento circulou o dado...

O SR. - ...essa variável ela é influenciada por várias coisas...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...circulou a... um quinquênio, dois quinquênios, sexta parte.

O SR. RENATO VILELA - Como eu disse, essa análise não permite esse tipo de dilação, porque nós estamos olhando para o total da folha de pagamento. E aí entra crescimento vegetativo, entra bônus, entra participação e resultados, uma série de itens que, só há de lembrar que o estão dependeu um bilhão e 800 milhões de reais em 2015 em bônus para a educação. Só de bônus. Certamente isso está nessa conta.

O SR. - O senhor me permite, secretário, só um segundinho, apenas para tentar corroborar a sua fala. Basta dizer, o crescimento foi tão acentuado que o comprometimento com a massa salarial do executivo em 2011 era 40.3% e agora em 2015 foi para 46.3% foi disparadamente um maior crescimento.

O SR. RENATO VILELA - Muito mais do que a receita.

O SR. - Disparadamente o maior crescimento. Os outros poderes cresceram de 6.3 para 7.2. O judiciário cresceu de 4.2 para 4.9. O legislativo de 0.9 para um. Então foi o executivo que cresceu realmente. Agora o senhor disse bem, uma série de benefícios,

criação de carreiras novas, melhoria de capacitação através dessa criação de novas carreiras, houve indiscutivelmente um grande investimento em pessoal.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - A palavra está aberta. Quem queira fazer uso.

O SR. - Eu só quero entender essa lógica, porque a lógica é o seguinte, eu ganho mil reais por mês, ok? Se eu tive uma inflação na minha data base de 10% eu perdi do meu poder de compra 100 reais. Eu vou continuar nominalmente ganhando mil reais, mas não foi repostos minha perda, eu teria que estar ganhando mil e 100. E não houve essa reposição das perdas salariais no estado de São Paulo. Então os números, economia era...

O SR. RENATO VILELA - ...posso tentar responder, deputado?

O SR. - Opa, por favor, eu quero entender essa...

O SR. RENATO VILELA - ...a lógica individual ela difere da lógica coletiva. Os números que eu dei aqui são número médios, ou seja, a soma de todo mundo. Está certo? Enquanto que o exemplo que o senhor deu é um exemplo de um caso específico hipotético. Aqui não, aqui a média dos casos é efetivamente...

O SR. - ...não é hipotético, ele é objetivo. Ele é objetivo, não é hipotético.

O SR. RENATO VILELA - Mas é hipotético. Não dá para comprar. Agora tem a seguinte questão...

O SR. - ...é PIB que não cresce.

O SR. - Pera aí, então você está fazendo a con... é isso que eu quero debater. Porque pera aí, o PIB não cresceu, eu estou gastando mais em função do meu PIB que reduziu, não porque eu dei reajuste. Porque se o governo não deu reajuste, ele tem que vir e não tem problema se não negociou, tem que vir a público e dizer sim: “nós não pagamos o reajuste dos servidores no estado de São Paulo”. Ponto.

O SR. - É por ambas as causas.

O SR. - Porque é claro, se tivesse havido contratação de mais gente, diria, “bom, aumentou porque houve contratação”, nós sabemos, nesse período pode ter caso pontual, muito difícil ter acontecido, ninguém vai contratar nesse momento, principalmente servidor, o pessoal não via contratar. Então essa lógica, entendeu, que cresceu, se eu comparo, se eu tenho um PIB do estado de São Paulo de 200 bilhões e minha despesa é 45% do PIB, se ele cai para 180 é lógico que a minha despesa cresce em função da redução do PIB, isso é ilógico.

O SR. - Ok. Ok. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - A palavra está aberta, quem queira fazer uso. Deputado Rillo com a palavra.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Só para fazer uma sugestão. É comum na Casa, especialmente na Comissão de Educação, por exemplo, na de saúde onde atuei bastante, quando tem a presença do secretário, já abrimos aqui na Comissão de Finanças também para as universidades, agentes do estado pudessem fazer pergunta. Porque o objetivo é esse. Nós temos aqui o sindicato dos Técnicos da Fazenda Estadual com uma pauta, poderíamos abrir aqui dois, três minutos para que um representante deles pudesse fazer pergunta ao secretário?

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok. No final dos trabalhos o presidente do sindicato pergunta por três minutos. Ok?

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Está bem. Combinado.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Deputado Rillo com a palavra?

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sim.

O SR. - Só queria fazer uma solicitação ao secretário, se possível, das próximas vezes, porque esse foi distribuído para nós hoje, se pudesse nos mandar antes, com uma semana de antecedência, se não for prejudicial ao trabalho do secretário e da sua equipe.

O SR. RENATO VILELA - Não há problema algum. A questão principal é o fechamento dos dados, eu não sei se consigo mandar com uma semana de antecedência, mas certamente me comprometo a mandar de véspera, pelo menos.

O SR. - Está bem.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Deputado Rillo por dez minutos.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Talvez eu não use, presidente Bragato, eu apenas vou fazer algumas interrogações e necessito que o secretário responda para eu poder continuar. O secretário começou fazendo como sempre uma avaliação da economia geral, da economia nacional e até internacional, citando a Argentina, por exemplo. Hoje só para informar, milhares de pessoas foram as ruas e pararam Buenos Aires em apoio a este presidente Cristina Kirchner. 10% dos mais pobres, os 10% mais pobres da Argentina perderam já mais de 24% da renda. Só para alguma informação sobre a referência que se deu a Argentina.

O secretário também começou a fazer uma avaliação de conjuntura, até que eu interroguei, era livre para fazer, mas se ele fosse fazer uma avaliação de conjuntura política eu sairia, tenho outras coisas para fazer, ia até o plenário ver a manifestação do nosso presidente que ficou adiada e depois eu retornava no que diz respeito a questão do estado. Mas como ele deu a oportunidade, eu gostaria que ele comentasse uma coisa.

Ele, como é muito bem informado, e está muito atento as questões nacionais, deve ter uma opinião sobre o objeto de denúncia que pesa sobre a presidenta Dilma, as famosas pedaladas. Eu gostaria que o secretário pudesse se manifestar e comentar acerca desse objeto que no domingo pode levar à cassação da presidenta da República.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Secretário, com a palavra.

O SR. RENATO VILELA - Obrigado deputado pelas questões. Realmente, a questão da Argentina eu simplesmente citei a Argentina em um contexto completamente diferente desse, principalmente em uma questão de ordem propositiva. Mas eu entendo que boa parte da perda de renda que a população Argentina sofreu e que o senhor registrou aqui como algo em torno de 24%, certamente não decorreu de política econômica que tem menos de três meses, decorreu de uma política econômica equivocada ao longo de vários anos. Essas coisas não são tão rápidas assim.

Segundo, eu queria desfazer um equívoco. Se o deputado entendeu que eu estava fazendo alguma análise política, eu peço perdão, eu não faço isso porque não é a minha atribuição nem minha especialidade, estou fazendo uma análise puramente econômica. E como eu disse para o senhor, teoria economia preconiza, e eu posso depois mandar livros e papers sobre isso para o senhor, que a questão institucional é fundamental para o bom desenvolvimento da economia e era isso que eu estava comentando. E apesar de o senhor ter interpretado que eu estava indo em outra seara eu posso lhe assegurar que não. O senhor talvez não tenha entendido aquilo que eu falei.

Agora, em relação a essa questão específica que o senhor colocou, isso é algo que é da seara jurídica. A questão que se coloca, eu não saberia responder ao senhor porque eu sou economista, eu como economista posso dizer o seguinte, houve pedalada. Agora, como não jurista, eu não posso dizer para o senhor se isso configura crime de responsabilidade.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Mas a minha pergunta é uma avaliação técnica mesmo.

O SR. RENATO VILELA - Houve pedalada.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Houve pedalada.

O SR. RENATO VILELA - É o seguinte, deixa eu explicar para o senhor. A legislação brasileira proíbe que os governos sejam financiados por bancos que lhes pertencem, isso em geral, não só governos. O controlador de banco não pode receber empréstimos desse mesmo banco. Ao colocar, ao fazer com que, ao atrasar por meses o pagamento de programas de governo através dos bancos oficiais, claramente isso

configurou uma violação a legislação brasileira. E isso que se convencionou chamar de pedalada no jargão da imprensa.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Pela profundidade no assunto que V. Exa. tem então deve concordar também que houve pedalada no governo Fernando Henrique Cardoso, no governo do presidente Lula.

O SR. RENATO VILELA - Não necessariamente. Porque o que existe, há uma diferença muito clara entre financiamento durante períodos muito grandes de programas de governo, que claramente aconteceu recentemente, os dados do Banco Central estão aí para confirmar, de descasamentos de um ou dois dias de float de repasses de governo para instituições financeiras. Às vezes você tem o feriado bancário, às vezes você tem um atraso, o sistema cai, alguma coisa assim, então é possível que fique descoberto durante um, dois, três dias. Isso é da operação do sistema financeiro, do sistema orçamentário brasileiro e de todos os demais países. Agora ao longo de dois meses, três meses, quatro meses, essa questão de float não se sustenta.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Em 2015 todos foram pagos. Todas as dívidas do governo com os bancos foram quitadas. Todas.

O SR. RENATO VILELA - Eu acredito no senhor.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Elas foram, isso é fato.

O SR. RENATO VILELA - Não, sim.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Eu queria que o senhor comentasse uma ação correta aqui. Na Uol, a Uol pode estar mentindo também. Governo Alckmin reduz repasse, que é um programa de subsídio no transporte, e dá calote de 66 milhões no metrô de São Paulo. Para dar um único exemplo. Poderia citar aqui para o senhor vários decretos que se assemelham. Tem um decreto aqui, por exemplo, que vale a pena ler, Sr. Presidente. Decreto de 2015 que faz referência ao balanço de 2014, deputado Barros.

Governador Geraldo Alckmin, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo novo da Lei 15.646, de 23 de dezembro de 2014, decreta, fica aberto

um crédito de 96 milhões de reais suplementar ao orçamento do Ministério Público observando as classificações institucionais, econômica, funcional e pragmática conforme a tabela anexa. Artigo dois, o crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que aludem os incisos um e três, parágrafo um do artigo 43 da Lei Federal. E por aí vai.

Então fica alterada a programação orçamentária de despesa do estado estabelecida pelo anexo que trata o artigo quinto. Coisas semelhantes como essa, secretário, segundo relatos de quem estuda, são praticadas em pelo menos 16 estados. Ou seja, em 16 estados governadores dão calote, atrasam pagamento, fazem decreto com referências atrasadas dois anos depois. Eu queria posição de vocês em relação a isso.

Domingo pode ser que o Brasil sofra uma ruptura institucional. Ruptura institucional nós sabemos como começa, mas não sabe como ela termina. Tem muita gente rindo, rindo bastante e comemorando a possibilidade do impedimento da presidente. Talvez achando que todos nós depois seremos presos, as lideranças populares, as lideranças sindicais, lideranças políticas. E os golpistas, os canalhas, os covardes, voltarão a governar este país, pura e simplesmente, impunemente. Cessa essas investigações da lava jato, cessa essa investigação da merenda, acaba de vez com a máfia de fiscal, acaba de vez com investigação de metrô. Acaba de vez com toda a investigação. Põe os petralhas na cadeia e nós vamos governar tranquilamente esse país, vamos voltar esse país para as mãos brancas cheias de sangue da elite brasileira que escravizou ao longo de séculos este povo.

Dizer ao senhor que vocês pedalam para caramba, pedalam muito. Iludem, fazem maracutaia no orçamento, fazem manobras no orçamento. E agora estão comemorando a possibilidade do impedimento da presidenta Dilma para voltarem ao comando deste país. Em um golpe sujo, um golpe frio em que vai incriminar uma mulher honesta, íntegra, que nunca colocou no bolso uma única agulha que não fosse fruto do seu trabalho. Diferente daqueles que estão agora na barca do golpe. Inclusive o governador, um dos maiores pedaladores do Brasil, o governador Geraldo Alckmin. O santo do Geraldo Alckmin. Então aqui só fica provado o colete que eu li, o decreto que eu li, que vocês fazem exatamente a mesma coisa, aliás, vocês fazem muito pior, mas estão aí na arquibancada esperando o golpe.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu tenho uma foto da presidenta Dilma com pouco mais de 20 anos de idade, uma menina em um tribunal que, depois de ter sido presa, torturada, ter sido massacrada, ela está em um tribunal e tem dois oficiais que tapam o

rosto assim, eles estão interrogando ela. Quando vem o fotógrafo eles tapam o rosto. Sabe por que, deputado Barros Munhoz, eles tapam o rosto? Porque naquele momento eles estavam com vergonha da história, eles sabiam que inevitavelmente eles seriam condenados pela história, por isso que eles escondiam o rosto. Eles sabiam que ali eles estavam violando, estavam massacrando uma geração inteira simbolizada naquela menina que depois de ter sido torturada, cassada, presa, volta para a resistência, reconstrói a democracia e vira presidente da República. E vai ser cassada de novo por...

O SR. - ...não vai ter golpe...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - ...por pedaladas, pedaladas fiscais. Pedaladas orçamentárias. Portanto, senhor secretário, o que eu tenho que dizer ao senhor que começou aqui fazendo a sua avaliação política reacionária e o neoliberal, que pode até existir golpe, agora a resistência jamais cansará.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Mataram tanta gente e a luta continuou. Prenderam o Mandela e a luta continuou. Ele saiu, foi presidente e ajudou a libertar o seu povo. Mataram Martin Luther King e a luta continuou. Mataram Malcolm X e a luta continuou. Prenderam o Lula na década de 60 e a luta continuou. Então fascistas não passarão. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok.

O SR. - Parabéns.

O SR. - Ok. Eu pediria a mesa que conseguisse uma cópia do decreto que o deputado que está se retirando acabou de mencionar. Até porque no trecho que ele leu, até porque não como não há menção a datas e etc não ficou claro nenhum problema em relação ao texto que foi lido.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Posso deixar com o senhor.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok. Deputado Roberto, com a palavra. Roberto Massafra por cinco minutos.

O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Eu queria cumprimenta-lo pela sua exposição, eu tenho certeza que a sua equipe tem trabalhado com afinco e com honestidade e que a situação do estado de São Paulo até hoje permite o pagamento em dia do funcionalismo e dos fornecedores, diferente de outros estados. E eu iria discutir alguns aspectos dessa peça orçamentária, mas eu pelo ao presidente, presidente Mauro Bragato, se o V. Exa. permite que eu destine o meu tempo ao meu companheiro Barros Munhoz que faça uso da palavra no meu lugar.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok. Por cinco minutos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, obrigado deputado Massafra. Eu apenas queria pedir desculpas ao secretário e aos colegas por essa manifestação do deputado Rillo totalmente impertinente, totalmente inoportuna. Ele fala que o secretário começou falando de política quando devia falar de economia, depois ele só fala de política. É absolutamente contraditória a fala dele. Agora, o que eu mais lamento é a insistência nesse discurso que cada vez convence menos gente. Talvez até o PSD desembarque do governo. Ele foi fundado para ajudar o PT, para ajudar a presidenta Dilma a esvaziar o PMDB. Mas nem o PSDB, até o Kassab, que é difícil deixar de ser governista está pensando em deixar de ser. O barco afundou.

E o mais triste não é para quem é anti-petista e que possa, eventualmente, estar contente, porque ninguém pode estar contente com a situação em que o Brasil está vivendo. O mais triste é a situação dos petistas autênticos, aqueles que fundaram o partido com idealismo, aqueles que deram de si, aqueles que lutaram, aqueles batalharam para construir um Brasil mais justo, um Brasil melhor e que fizeram muita coisa certa. Esses é que estão mais revoltados, esses é que foram mais afrontados de ligar a televisão e ver todos os dirigentes partidários do seu partido na cadeia. Na cadeia. De ver um escândalo atrás do outro, mais absurdo do que o outro, mais inconcebível do que o outro.

Então querer jogar nas costas dos outros os problemas que foram criados única e exclusivamente por eles que governam o Brasil há 13 anos, é absolutamente inconcebível. É absolutamente inconcebível. Então eu quero dizer, sabe secretário, eu já

fui minoria e é difícil ser minoria. Nós temos que ter muita fé, muita pertinácia, entendeu. E não descambar para começar a querer agredir, ofender, e atingir todo mundo, e fugir da responsabilidade.

Quem governa o Brasil é PT, como quem governa São Paulo é o PSDB com os partidos coligados, não foge dessa responsabilidade. E aqui somos maioria porque na eleição, que é a manifestação mais sagrada que existe na democracia, o povo de São Paulo pela quinta vez consecutiva elegeu o PSDB e no primeiro turno. E diminui a bancada do PT nessa Casa, quase a metade. De 22 para 14. O povo de São Paulo já disse, fora PT, por enquanto não totalmente. E agora o povo brasileiro vai dizer fora Dilma, fora Lula e fora PT.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Deputado Vaz com a palavra.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Bem, primeiro cumprimentar o secretário, dizer que o secretário está aqui cumprindo um dever constitucional e veio para falar sobre Lei de Responsabilidade Fiscal. E fez a sua exposição, no seu preâmbulo começou a falar um pouco de conjuntura nacional e internacional, deu exemplo da economia argentina, e corretamente. Eu também milito na área, fez corretamente, não tinha problema nenhuma, não havia motivo nenhum para naquela hora extemporaneamente alguém manifestar nada. Por isso aquele primeiro momento.

Pessoalmente me associo a isso também, viu secretário. Acho que as políticas implantadas na Argentina levarão a Argentina aquilo. As políticas que passaram a ser implantadas no Brasil de um tempo a essa parte também estão levando. Aliás, dizia isso antes do presidente Lula assumir, na eleição. Falei isso sábado, o Bolçone estava junto, já havia lá. E o Lula foi bem porque a economia internacional estava muito bem, não precisa fazer nada, piloto automático e ponto final. Quando deu o primeiro soluço, olha o que deu, as reações que nossa economia acabou enfrentando.

A parte disso, já que nós politizamos um pouco, eu, que sempre estive do mesmo lado, sempre estive na oposição. Após Fernando Henrique ganhar a eleição estive na situação, perdemos a eleição, mantive a minha conduta de oposição, fique variando de um lado para o outro, então eu posso falar sem nenhum problema é só pegar minha história de vida.

E aqui em São Paulo, por enquanto, sou situação. Desde o Mário Covas até aqui sou situação, tenho defendido o governo, acho que São Paulo avançou muito nestes anos. Não avançamos mais porque em um determinado momento precisamos contrair, fazer aquela negociação que nos retira 13% do ICMS, também devíamos, não achamos ruim não. Eu fui o relator, então eu posso falar isso com tranquilidade porque eu fui o relator naquele momento da matéria aqui na Assembleia e quem deve tem que pagar e ponto final. Não tem muito o que discutir. Mas nós podemos perfeitamente tentar repactuar e foi o que tentamos fazer ao longo desses anos.

Enquanto eu estive em Brasília, participei de todos, V. Exa. estava lá, de todos os momentos, de todos os movimentos para tentarmos fazer, Barba, a mudança desta questão da dívida do estados. Particularmente eu tinha um projeto um pouco diferente de tudo isso que aconteceu. Chegou quase a ir para plenária, está prontinho para ir ao plenário. O que eu estava propondo é que, sem mexer, porque não dava para mexer naquele momento, era que o governo federal tivesse a lucidez de deixar o estado pagar e devolver para o próprio estado investimento.

Tem um projeto meu lá, Renato, está para ser votado. Então assim, o estado deve, o estado de São Paulo deve 13% e se dá conta hoje por ano, no último ano deu quanto?

O SR. - Uns 13% da ordem de 15 bilhões.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - 15 bilhões é o que o Estado passa para lá. Estão dizendo, não, para não dar problema aqui nas contas, não tem problema, o Estado pode perfeitamente pagar. Só que ato contínuo, coloca isso em um escaninho lá no fundo e diz para o Estado, você tem comigo aqui 15 bilhões para gastar em investimento.

Imagina o que seria mais só, estou falando o caso de São Paulo, se nós estivéssemos Luciano, 15 bilhões para fazer em investimento que podia combinar com o governo federal. Vamos fazer em infraestrutura, vamos fazer em saneamento que cada estado pudesse fazer isso. Liquida-se na conta gráfica, eu recebi, e coloco aqui para você gastar em um acordo que a gente pudesse fazer, em um PAC vamos dizer assim, era um nome que eu usava muito, em um PAC com os estados. Não deu certo, vamos ver se nós retomamos isso agora, se tudo der certo, no novo governo que vai vir por aí.

Falar um pouco de pedaladas fiscais. Também quando estive lá, presidente Bragato, tratei muito disso, porque também lá fui para a Comissão de Finanças e fui para a Comissão de Fiscalização e Controle. Esse negócio de pedalada nós já falávamos

lá, 2012 mais ou menos, nós já estávamos falando de pedalada fiscal. Naquela época não tinha nome de pedalada fiscal, nós dávamos um outro nome lá, era contabilidade criativa. Falamos isso muito com os ministros que passaram, “gente vocês não podem fazer isso”. Eles chegaram em um momento, Barba, que sacaram a descoberto do PNDS, sacaram. Fizeram um decreto para sacar a descoberto o lucro presumível do banco. Olha que loucura.

Pois bem, lá, se pegar o registro vão lá ver, toda a hora nós estávamos falando disso. Até que o Tribunal de Contas começou a falar. Aí não éramos mais nós. Porque o nosso era político, “não, está com dor de cotovelo, não sei o que”. De repente os técnicos do Tribunal de Contas começaram a ouvir isso e começaram a aprofundar no estudo do caso, Massafra. E não mais nós.

O Tribunal de Contas rotula isso de pedalada fiscal, o que era contabilidade criativa e começa a mostrar, mostrei para o Orlando agora o gráfico do Banco Central que saiu a semana passada. Aquilo que o secretário falou que era uma coisinha que acontecia em todos os governos, no do Lula, inclusive, no do Fernando Henrique, mas que era uma coisa por quatro, cinco dias, às vezes feriado prolongado, de repente o gráfico faz quase exponencial. É disso que nós estamos falando, de uma coisa sistemática. E isso fere a legislação brasileira. Isto é sim crime de responsabilidade fiscal. E é por isso que talvez, espero eu, estou associado nessa linha, que o Congresso Nacional possa, legitimamente, não estou nem falando da destruição da economia, nem falando disso.

De tudo aquilo que se disse, que se fez e que se está jogando pela janela e tirando pela porta, na economia. Estou falando só tecnicamente, houve sim pedalada fiscal, houve sim crime de responsabilidade fiscal e o congresso tem sim condição constitucional de afastar a presidente da República. Não há nenhum problema. Para que o Senado, é um afastamento, vamos lembrar disso. Se a câmara fizer, vai afastar por 180 dias para que o Senado, aí sim, três senadores de cada Estado, com tranquilidade, no limite de 180 dias possam fazer o seu julgamento para ver se afasta definitivamente a presidente da República. Tudo dentro do preceito constitucional.

Então eu não vejo nenhum problema, cada um pode fazer o seu juízo esperneante do jeito que quer, nós já fizemos em outros momentos também. O certo é que não venha com essa conversa de que afastar o presidente da República por, ainda suposto, crime de responsabilidade que será apurado pelo Senado vai ser golpe. Golpe nada. Está previsto na constituição, o congresso foi democraticamente eleito, há um rito já alimentado e

definido até pelo Supremo, um rito. Os deputados vão poder votar abertamente e nós não estamos nem falando daquilo que o governo está fazendo, tentando fazer com o recurso público e com a máquina pública de comprar desavergonhadamente a consciência dos parlamentares. Comprar para poder tentar evitar o impeachment.

Então acho que a nossa discussão foi muito bem feita, parabéns a V. Exa., não vou fazer, não preciso nem fazer nenhuma indagação mais, estou satisfeito porque afinal, nós cumprimos aí a Lei de Responsabilidade Fiscal quando no § 4 do artigo nono exige que o senhor venha aqui falar do cumprimento das metas fiscais. Mas não podia deixar de fazer essa minha manifestação, muito mais até política do que sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Ordem, Sr. Presidente. Eu ainda tenho sete minutos do meu tempo de dez.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Não, presidente, pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Calma, clama.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Não, pela ordem, senão não dá. Eu participo disso há muito tempo. Esse tipo de jogo...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Vossa Excelência tem, deputado, V. Exa. tem dois minutos.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Presidente, eu formulei para o secretário em três minutos.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Vossa Excelência não falou dez também.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Não, mas eu tenho direito a dez, Vaz.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Não posso fazer assim, Barba, não é a prática parlamentar...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...Deputado Vaz...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...Não é a...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...Vossa Excelência falou mais de dez minutos aqui. Eu...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...eu falei porque eu... queria falar...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...eu fiquei ouvindo, eu também posso falar...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...Barba, não pode, não é a prática parlamentar....

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...eu tenho quero falar...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...deputado...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...eu falo 30 segundos...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...deputado Vaz...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...para ficar com nove e meio para depois...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...deputado...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...Vossa Excelência não vai ganhar no grito...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...isso não é a prática parlamentar...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...não é a prática parlamentar mas vamos tentar levar isso no bom debate...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...Vossa Excelência não vai ganhar...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...nós estamos recebendo...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...vou pedir uma verificação de presença da sessão, excelência.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - No grito também sei gritar.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Quero uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Não há quórum, para presidir.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Pronto.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Não há quórum.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Então desse jeito não dá para fazer.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Não há quórum.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Isso é jogadinha. Dez minutos eu gasto os dez minutos.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - O Vaz, V. Exa. está com medo de falar da lista da Odebrecht, de quarta-feira santa.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Não, não estou com medo de nada.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Vossa Excelência está com medo de falar...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...eu topo qualquer discurso...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...Vossa Excelência está com medo de falar...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...em qualquer momento...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...Vossa Excelência está com medo de falar...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...eu topo discussão...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...Vossa Excelência está com medo de falar da CTPM, do trensalão...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...mas da forma correta.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Vossa Excelência falou aqui e eu ouvi com a maior tranquilidade.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Deputado Orlando Bolçone com a palavra...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...eu quero a minha palavra, por favor...

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - ...se me permitir, me permitir...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Deputado Orlando Bolçone...

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - ...me permitir dar uma sugestão no sentido de que o deputado Vaz retire a questão da verificação de presença e de que V. Exa. use pelo tempo restante também.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Vamos tornar claro aqui. Aqui tem uma boa convivência, deputado. Então deputado fala, depois de não ter mais nenhum orador inscrito nós vamos passar para o representante do sindicato, vamos agradecer o secretário e vou encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok. Primeiro.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Eu não retirei

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Dois minutos

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Não, eu não retirei a minha questão. Eu quero fazer a verificação. Também não posso?

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Pode.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Então está bom.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Vossa Excelência pode tudo, Vaz.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Não, não posso regimentalmente.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Pode tudo, até usar do autoritarismo que V. Exa. está usando agora

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Posso estar usando disso..

O SR. TEONILIO BARBA - PT -...Vossa Excelência esbravejou no microfone...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...Vossa Excelência pediu muitas vezes...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...falou quanto V. Exa. quis e eu fiquei aqui ouvindo com maior tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Deputado Vaz de Lima...

O SR. TEONILIO BARBA - PT -...Vossa Excelência atacou o meu partido...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...nós não temos quórum...

O SR. TEONILIO BARBA - PT -...Vossa Excelência atacou companheiro meu...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...nós não temos quórum...

O SR. TEONILIO BARBA - PT -...e eu ouvi...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...não temos quórum.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Não temos quórum, mas eu quero falar. Se o Vaz não quiser ouvir que se retira, faça como o Barros fez. O Barros atacou e se retirou.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Não temos quórum, não tem quórum.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Para não ouvir a resposta.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Mas mesmo assim...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...em nenhum momento...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...em respeito ao secretário...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...em nenhum momento eu agredi o secretário...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...e aos deputados...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...até porque não peguei a fala de no início aqui...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...Vossa Excelência tem dois minutos...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...tratei com... não é dois minutos, me desculpa Orlando...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...tem dois minutos...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...deputado Orlando, eu gastei menos de três minutos para formular...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...dois minutos...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...três questões para o secretário. O tempo regimental que eu tenho na comissão...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...Deputado Teonilio...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...é dez minutos...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...olha, secretário dos trabalhos, o V. Exa. falou seis minutos e 24 segundos. Depois mais um minuto e 50. Vossa Excelência tem dois e 26. Por favor.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Presidente, primeiro entender que todo esse preconceito desse lado por alguns deputados aqui ele é natural. E é natural por quê? Por exemplo, o deputado Barros Munhoz que eu gostaria que estivesse aqui presente, quando ele quer falar do escândalo do PT, a lista da Odebrecht que está sendo escondida desde a quarta-feira santa, é a lista que pega seu Aécio Neves, seu Geraldo Alckmin, pega o seu José Serra, pega o Alex Manente, pega Rodrigo Maia, pega Paulinho Pereira. Vossa Excelência tem que sair mesmo que V. Exa. não aguenta ouvir, porque eu estou dando os nomes...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...deputado, deputado, vamos se...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...é a lista de mais de 200 da Odebrecht, V. Exa. tem que sair mesmo Vaz, V. Exa. tem que sair mesmo. É porque pega. Vossa Excelência falou eu ouvi...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...deputado...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...eu ouvi com tranquilidade...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...Teonilio Barba...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...eu ouvi com tranquilidade...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...ou vou ser encerrado a encerrar a reunião...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...por favor, entendeu? Eu, eu...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...prejudicar os sindicalistas.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Vossa Excelência pode, inclusive, encerrar o meu tempo, presidente. Eu espero que V. Exa. não faça isso. E eu estou aqui respondendo ao deputado Barros Munhoz que gritou aqui na minha frente e eu ouvi com a maior paciência, gritou fora Dilma, fora Lula e fora PT.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - E eu tenho o direito.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Então termina, por favor.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Eu fiz minha parte como secretário, eu fiz, teria umas outras questões não vou fazer, mas estou aqui respondendo o deputado Vaz e o deputado Barros Munhoz e nós vamos fazer esse debate no plenário da tribuna, V. Exa. pode ter certeza. Daqui até domingo muitas águas vão rolar, vamos passar debaixo da ponte. A Dilma pode cair e pode não cair. Tem traidores, tem traidores. Tem golpistas, tem golpistas. A diferença de float que o secretário falou, float é o período de dias que eu fico sem pagar uma dívida.

A diferença de float que ele estava falando ali é de volume, porque o próprio jornal vem caracterizando isso: “olha, o FHC fez uma diferença de pedalada, mas foi de 946 milhões de reais. E a presidenta está fazendo de 60 bilhões de reais”. Essa é a questão do float de volume e de período de dias. E foram feitas várias vezes no governo do FHC, foram feitas várias vezes no governo Lula e não se foi utilizado em nenhum momento como pedalada fiscal. Vocês estudam economia, eu estudo um pouquinho, não entendo tão bem quanto vocês, não tenho a mesma experiência que vocês, mas meu acompanhamento um pouco desse mundo econômica e sei bem o que é float, sei bem o que é pedalada e o que não é pedalada.

O que nós estamos discutindo aqui é qual interesse da Fiesp, vocês trabalhadores e trabalhadoras na questão do impeachment. É 4330, aprovado pela bancada do PSDB. É

a terceirização, inclusive a terceirização de funcionalismo público. É qual o interesse da Rede Globo no impeachment...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...deputado Teonilio, tempo...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...não, eu estou discutindo impeachment porque foi discutido aqui e o V. Exa. não interrompeu, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Mas o teu tempo está...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...com todo o respeito que eu tenho por Vossa Excelência. Por todo o respeito que eu tenho por Vossa Excelência. Eu fiquei calado e o V. Exa. não interrompeu os outros que discutiram esse tema.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Não, mas o tempo de Vossa Excelência...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...se é para me interromper, interrompa naquele momento os outros. Eu vou concluir, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Pega em consideração a V. Exa. e em respeito a V. Exa. pela serenidade que tem tratado as coisas. Mas qual o interesse que tem a Rede Globo no impeachment? Porque uma das dez famílias mais ricas do Brasil é empresário e não paga direito dos trabalhadores. Fiesp é corrupta, Rede Globo é corrupta. A maior parte das indústrias brasileiras financiou o golpe em 64, Vaz. E V. Exa. sabe disso. Eu sei disso. Nós estudamos história, estudamos economia e V. Exa. sabe disso. E a Fiesp é uma delas. A Fiemg foi outra, a Fieg foi outra, são federações de indústrias, são sindicatos patronais. Que vai acontecer o mesmo ataque com vocês que são servidores, que logo, logo serão todos terceirizados.

O Governo do Estado de São Paulo que já não cumpre e não paga nenhum reajuste para recompor inflação de vocês com certeza estão vibrando com isso. É

exatamente esse o debate que está em jogo. O debate que está em jogo no país não é o ajuste, com todo o respeito que eu tenho pela tese que o secretário defende, que ele faz, eu respeito isso, não tem problema, isso faz parte no mundo democrática você ser um economista mais liberal ou menos liberal.

Eu sou muito mais próximo do desenvolvimentismo do que do liberalismo. Eu entendo a sua linha, respeito com maior tranquilidade porque o país democrático é isso, o que vale é o debate das ideias, mas não é o debate de uma ideia só da Rede Globo, não é, gente? O debate da Rede Globo de uma ideia só é o apoio ao PSDB, ao PPS, ao DEM e agora o golpista do PMDB, através do Michel Temer e dos 40, 37 deputados do conselho de ética, dos estão envolvidos na lista das empresas que doou para suas campanhas.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - É exatamente esses caras que vão julgar a presidenta. Então, presidente, só queria garantir que pudéssemos ouvir...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB -...ok, então vamos lá. O presidente...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...a pessoa do Sitesp que vai falar...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB -...quem que vai falar?...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...meu companheiro ali.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Eu queria que o senhor se identificasse por três minutos, por favor.

O SR. JOAQUIM GOMA - Sr. Presidente. Sr. Presidente, parlamentares, nobres parlamentares, seu secretário, em nome do Sitesp agradeço o espaço cedido na reunião. Gostaria de fazer apenas algumas perguntas ao senhor secretário. Secretário nós temos alguns rols, um rol de pleitos que estamos negociando com a secretaria desde o ano passado. Hoje eu tive a oportunidade de entregar em suas mãos uma minuta elaborada

pelo Sitesp em conjunto com o Sinafresp. Eu gostaria, primeiro que o senhor estabelecesse um prazo para que nós tenhamos uma resposta com relação a aprovação, aceitação ou não, desse rol de atribuições.

A segunda pergunta que eu tenho é a respeito da situação da bonificação com resultados. O ano passado nós tínhamos uma bonificação a ser recebida no mês de novembro. Entendemos que a situação do Estado e do país não é a melhor economicamente e houve um atraso no pagamento dessa bonificação que saiu somente esse ano. E nós temos o último trimestre de 2014 em aberto. Eu gostaria de saber se o senhor já tem os índices da bonificação anual fechado e se há um prazo para pagamento.

E a terceira pergunta que eu faço para o senhor, na verdade é uma exposição aqui para os deputados que estão aqui conosco. Em 2012, nós não tínhamos ainda a situação atual de crise que temos. A própria secretaria não era o senhor, eu sei que não era o senhor o secretário, a própria secretaria nos chamou e ofereceu para nós um índice de reajuste na tabela de remuneração. Em duas parcelas esse reajuste nunca foi aplicado. O que acontece hoje é que o salário base inicial do técnico da fazenda estadual está abaixo do piso estadual. O inicial hoje do técnico salário base estamos falando em 682 reais. Eu sei que o cenário não é bom.

Temos respostas da Casa Civil, dois ofícios, inclusive, da Casa Civil que já é do conhecimento do senhor, afirmando ter conhecimento do processo de negociação, reconhecendo o índice ofertado, mas dizendo para nós que o índice será aplicado em momento oportuno. Quer dizer, a negociação ocorreu em 2012. De lá para cá a situação só se agravou, quer dizer, esse momento oportuno ainda não chegou e agora eu sei que com a crise está meio difícil de fazermos isso de imediato.

Mas eu gostaria de saber se há perspectiva, se podemos manter esse compromisso do governo do Estado com a nossa carreira. E se poderíamos estabelecer aí alguma data ou algum acordo, por exemplo, retomando o crescimento, o Estado retomando crescimento. Seria possível a aplicação desse percentual? Uma recuperação, uma valorização na carreira do técnico da fazenda. Tendo em vista que a remuneração hoje do técnico em São Paulo é a pior do país em relação as carreiras assemelhadas e considerando que nos últimos 12 anos não houve um aumento efetivo dessa tabela dos vencimentos. O que aconteceu em 2010 foi que nós tínhamos um salário base aproximadamente de 180 reais, um pouco mais de 180 reais. E várias gratificações que compunham o salário.

Foi aprovado aqui na Casa a Lei Complementar 1122. Nessa aprovação, nessa lei, todas essas gratificações foram incorporadas, somadas à base...

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - ...presidente, o seu tempo.

O SR. JOAQUIM GOMA - Ok. Estou concluindo. Resultando nesse valor atual. Então eu gostaria só que o secretário se posicionasse com relação a essas três perguntas.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Deputado Cezinha.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Seu nome, por gentileza.

O SR. JOAQUIM GOMA - Joaquim Goma. Eu sou presidente do Sindicato dos Técnicos da Fazenda Estadual de São Paulo.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Ok. Muito obrigado.

O SR. - (ininteligível).

O SR. RENATO VILELA - Joaquim, você sabe que se eu tenho um defeito é receber sempre que possível, sempre que demandado as diferentes categorias que trabalham eminentes lá na Fazenda. Essas são questões suas que nós já havíamos tratando a algum tempo. Eu só queria lembrar que, inclusive, foi criado um grupo de trabalho bipartite entre técnico de Secretaria de Fazenda e sindicalistas, para encaminhar um dos principais pleitos da categoria que é a questão da própria carreira.

Queria lembrar também que os trabalhos avançaram de maneira rápida. Chegou em um momento que se fosse fechar o documento final o sindicato se retirou do grupo de trabalho e nós, inclusive, tivemos dificuldade de fechar o relatório. Isso não será levado em consideração, de qualquer maneira. Eu só peço a você a compreensão que são várias as carreiras que militam na Fazenda e eu não acho que seria razoável eu dar

um tratamento preferencial apenas, então somente porque vocês me pegaram no meio de uma audiência pública.

Como você sabe, sempre que há demanda de reuniões, pode demorar um pouquinho, minha agenda é um pouco complicada, mas eu sempre recebo, então eu gostaria de continuar tendo essa política, tratar das nossas questões dentro da nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE - MAURO BRAGATO - PSDB - Ok. Secretário da comissão agradece a presença do senhor. E nada mais havendo a tratar está encerrada a reunião.

* * *